

PROTA



Av. Almirante Barroso, 600
Praia de Iracema
CEP: 60060-440 • Fortaleza / CE
Fone: (85) 3101.5123

Secretaria Executiva Administrativo-Financeira - SEAFI

Of. nº. 3657/2023-SEAFI

Fortaleza-CE, 07 de agosto de 2023.

Ilmº. Sr. (a)
Doris Cândido de Sousa
Pregoeiro (a) da Procuradoria Geral do Estado
Centro Administrativo Bárbara de Alencar
Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queiroz
60811-500 – Fortaleza/CE

Assunto: Pregão 20230809

Senhor (a) Pregoeiro (a),

Atendendo solicitação de V. Sª, formulada via e-mail da Central de Licitações, estamos encaminhando em anexo, resposta conclusiva da impugnação, atinente ao Pregão Eletrônico – Registro de Preços 20230809.

Atenciosamente,



Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
Secretário Executivo Administrativo – Financeiro



Sistema Único Integrado de Tramitação Eletrônica

NUP 24001.015870/2023-36

11/07/2023 às 10:52

Assunto

AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Órgão/Entidade

SECRETARIA DA SAÚDE - SESA

Nível de acesso

Restrito

Órgão/Unidade de abertura do processo

SECRETARIA DA SAÚDE - SESA
Coordenadoria de Execução de Compras -
SEAFI/COEXE

Nível de prioridade

Normal

Interessado

SESA/COPCO

Situação atual em 07/08/2023 às 13:03

Em análise

Unidade atual

SECRETARIA DA SAÚDE - SESA
Coordenadoria de Execução de Compras - COEXE



Acesse o processo
através do QR Code.

SUITE

<https://suite.ce.gov.br>

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 000125/2023/SESA/COSUP**

De: SESA/COSUP

Data: 11/07/2023

Para: SESA/COPCO

Senhora Coordenadora,

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA**, ao PREGÃO Nº 20230809, Víproc 12451826/2023, cujo objeto é o Registro de preços para futuras aquisições de Gêneros Alimentícios para atender a Rede SESA. Nesse contexto, segue anexo, documentação para análise e emissão de resposta, quanto à referida impugnação.

Diante disso, encaminhe-se à COPCO Parecer Nutrição/SESA para análise e emissão de resposta à impugnação.

Atenciosamente,

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **MARJORY DOS ANJOS PESSOA**, em 11/07/2023, às 10:51 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 000125/2023/SESA/COSUP**

De: SESA/COSUP

Data: 11/07/2023

Para: SESA/COPCO

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **CINDY VIEIRA WIRTZBIKI**, em 11/07/2023, às 07:55 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **DANIEL MARTINS DE LUCAS**, em 11/07/2023, às 07:52 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento>, informando o código 2883-2C2D-C9B4-C95D.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20230809
PROCESSO Nº 02451826/2023
UASG: 943001

BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.725.927/0001-70, com sito na Av. Castelo Branco, nº 206, Altos, Jangurussu, CEP: 60.866-680, Fortaleza-CE, vem, tempestivamente, por intermédio de seu representante legal que ao final subscreve, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20230809 DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**, conforme as razões de fato e de direito que serão a seguir trazidas, pelo que expõe, para ao final requerer, o seguinte:

1. DOS FATOS

Como é cediço, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - SESA, publicou, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, o edital do Pregão Eletrônico nº. 20230809, cujo objeto é o *“Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Gêneros Alimentícios, nas condições estabelecidas neste edital e seus Anexos”*.

Ocorre que a impugnante, ao analisar as exigências feitas no instrumento convocatório, percebeu neste a existência de vícios que afrontam os princípios que regem os atos administrativos, conforme se demonstrará a seguir.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DA EXISTÊNCIA DE CLÁUSULAS DESNECESSÁRIAS E RESTRITIVAS – DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E DA VANTAJOSIDADE

Antes de mais nada, analisemos trecho das disposições do Anexo I – Termo de Referência do edital acerca da apresentação das condições gerais da contratação, especificamente concernente às especificações e quantitativos dos produtos a serem fornecidos:

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

(...)

1.3. Das especificações e quantitativos:

(...)

ITEM 02:

FLOCOS, DE CEREAIS, A BASE DE TRIGO, CEVADA, AVEIA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, RESOLUCAO 12/78 COMISSAO NACIONAL DE NORMAS, PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, **EMBALAGEM 400.0 GRAMAS;**

ITEM 03:

MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, SABOR TRADICIONAL, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, AMIDO DE MILHO, ALIMENTO, COM ACUCAR, VITAMINADO (A E C) E SAIS MINERAIS (CALCIO, FOSFORO E FERRO), **PACOTE 200.0 GRAMAS** COMPRASNET: UNIDADE = **PACOTE 200.0 GRAMAS;**

ITEM 05:

FARINHA LACTEA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, PREPARO INSTANTANEO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, LEITE EM PO INTEGRAL, ACUCAR, SAL, AROMATIZANTE, DADOS DE IDENTIFICACAO, INFORMACOES NUTRICIONAIS DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, **LATA 400.0 GRAMAS;**

ITEM 06:

MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, ALIMENTO, A BASE DE MILHO PRE COZIDO, ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE, **EMBALAGEM 400.0 GRAMAS;**

Como se verifica do texto supratranscrito, a vencedora do certame deverá realizar o fornecimento dos referidos Itens descritos no Termo de Referência, com indubitável congruência entre as especificações e quantitativos requeridos no instrumento convocatório e o produto a ser apresentado pela empresa arrematante.

Acontece que é completamente impossível que as empresas consigam fornecer os referidos produtos nas especificações de gramatura ora demandadas, uma vez que a embalagem dos Itens mencionados acima foram todas alteradas pelos fornecedores,

de modo que não existem mais no mercado nas pesagens indicadas em Edital, pois as suas linhas de produção com estas características foram encerradas.

Nesse sentido, a ora impugnante realizou uma pesquisa que detalhou com maior exatidão as embalagens existentes no mercado com a gramatura mais próxima daquela indicada alhures, vejamos:

ITEM	PRODUTO	GRAMATURA EXIGIDA	GRAMATURA DO MERCADO
2	FLOCOS, DE CEREAIS	400G	360G
3	MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU	200G	180G
5	FARINHA LACTEA	400G	360G
6	MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU	400G	360G

Diante do exposto, com o máximo de respeito a V. Sa., **verifica-se que as aludidas especificações mínimas dos produtos restringem a competitividade do certame**, sobretudo ao exigir que os mesmos possuam embalagens em pesos que não são mais comercializados em mercado.

Ora, resta claro que uma vez que o Edital exige que os referidos itens possuam gramatura específica e estes tiveram suas linhas de produção com as especificações de peso indicadas **encerradas**, tal prática fará com que a Administração Pública venha a suportar substanciais ônus pois **os Itens serão considerados desertos e em razão disso será necessário dispêndio financeiro para a realização de uma nova licitação**, já que nenhuma empresa conseguirá cumprir com as especificações expostas.

Logo, impossibilitará que haja a imprescindível observância ao princípio da competitividade durante este procedimento licitatório, tendo em vista que nenhuma empresa conseguirá apresentar proposta de preços nos estritos moldes exigidos em Edital já que são inexistentes os referidos itens com os pesos indicados na Cláusula 1.3 do Termo de Referência.

Dessa forma, levando em consideração os fatos aqui expostos, demonstra-se de profunda necessidade a reforma das especificações dos Itens 2, 3, 5 e 6 do Edital para que seja atualizado de acordo com as gramaturas comercializadas atualmente no mercado nacional, pois aquelas exigidas no certame não são mais encontradas nas pesagens requeridas, uma vez que suas linhas de produção foram completamente encerradas.

Em decorrência disso, é cediço que diversas empresas interessadas em participar do certame, as quais possuem amplas condições para fornecerem os produtos licitados, deixarão de concorrer, frente a supramencionada impossibilidade de atender a todas as exigências do edital, já que tais requisitos são **impossíveis** de serem cumpridos.

Nesse sentido, é de extrema importância demonstrar as decisões do Tribunal de Contas da União, proferidas pelos Ilustres Ministros Weder de Oliveira e José Múcio Monteiro:

“A reprodução de especificações técnicas mínimas idênticas às de equipamento de informática de determinada marca, em edital de licitação visando à aquisição desse item, restringe o caráter competitivo do certame, viola o princípio da isonomia e compromete a obtenção da proposta mais vantajosa.”

(Acórdão n.º 2005/2012-Plenário, TC-036.977/2011-0, rel. Min. Weder de Oliveira, 1º.8.2012.)

“O estabelecimento de especificações técnicas idênticas às ofertadas por determinado fabricante, da que resultou a exclusão de todas as outras marcas do bem pretendido, sem justificativa consistente, configura afronta ao disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.”

(Acórdão n.º 1.861/2012-Primeira Câmara, TC 029.022/2009-0, rel. Min. José Múcio Monteiro, 10.4.2012.)

Dessa forma, o certame licitatório, instrumento de direito administrativo cuja obrigatoriedade para obras, compras e serviços públicos resta consagrada no art. 37, XXI, da Constituição Federal, tem como principal intuito garantir a idoneidade da relação entre a Administração Pública e o setor privado, proporcionando proteção aos interesses públicos e recursos governamentais e eficácia aos princípios da isonomia, competitividade e impessoalidade.

Celso Antônio Bandeira de Mello nos ensina que:

“A licitação visa a alcançar duplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto) e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendam realizar com os particulares.”

(MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 519.)

Com isso, a partir do momento em que o Edital traz cláusulas que restringem a competitividade dos participantes, fazendo especificações de itens que nenhum fabricante pode fornecer, a própria Administração Pública estaria sendo prejudicada, tendo em vista que nenhum fornecedor conseguiria adquirir os produtos aqui discutidos e exigidos em edital, nas mesmas especificações de peso, dado que suas linhas de produção nas gramaturas aludidas foram extintas, mitigando assim a possibilidade de competitividade e vantajosidade do certame.

É imperioso demonstrar o entendimento do Tribunal de Contas da União que coaduna com a tese esposada pela representante, de acordo com o que segue abaixo:

“O estabelecimento, em edital de pregão que tem por objeto a aquisição de aparelhos de raio-x, de especificações que conduzem à aceitação de uma única marca, com a consequente exclusão de outras conceituadas, e que, provavelmente, imporão gastos evitáveis com adaptações de prédios para recebê-los faz presumir a ocorrência de ilicitude e justifica a suspensão cautelar do certame.”

(Comunicação ao Plenário-TC-003.933/2012-1, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 29.2.2012.)

De todo modo, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação, há que se estabelecer exigências mínimas compatíveis com o mercado brasileiro, de modo a permitir, na prática, a participação do maior número possível de fornecedores, bem como a oportunidade de aquisição dos produtos do maior número de fabricantes, rendendo eficácia aos princípios da competitividade, vantajosidade e julgamento objetivo. Vejamos o comando normativo disposto no art. 7º, §5º, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

[...]

§5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.”

O art. 7º, §5º, traz limitação ao conteúdo do instrumento convocatório. Depreende-se de tal norma que, com o intuito de manter a competitividade, a isonomia e a moralidade, não cabe, no momento de produção do Edital, estabelecer como objeto do certame a aquisição de produtos inexistentes, ou seja, produtos que, suas características específicas, apenas possam ser fornecidos por um único fabricante, ou como no presente caso, para nenhum visto que é impossível localizar os produtos aqui indicados nas gramaturas requeridas.

O Edital em epígrafe claramente institui exigências impossíveis de serem cumpridas pois especificam produtos inexistentes no mercado brasileiro. Vale transcrever o comando normativo disposto no Art. 37, XXI, da Constituição Federal, o qual assevera que somente as características indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigação devem ser exigidas no instrumento convocatório:

“Art. 37. [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras,

serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

É certo que as estipulações editalícias relativas ao produto a ser adquirido são mínimas, podendo os licitantes concorrer com produtos que ultrapassem tal rol de requisitos. É, no entanto, vedado que tais requisitos mínimos sejam excessivamente específicos, de modo que apenas uma marca ou produtor possa fornecer produto.

Dá a exigência legal a qual estabelece a necessidade de similaridade entre o produto licitado e outros disponíveis no mercado. O objetivo da licitação é selecionar a **proposta mais vantajosa para administração**, e não a proposta mais vantajosa para os fornecedores.

Percebe-se que há de se respeitar, com o intuito de garantir eficácia ao princípio da vantajosidade e competitividade, quando da produção do Edital, apenas as exigências essenciais, indispensáveis à realidade fática do mercado e a demanda do órgão. Qualquer cláusula que estabeleça medida ou exigência desproporcional à prática do dia-a-dia no órgão demonstrar-se-á viciada de ilegalidade, posto que diretamente conflitante com o rol de princípios das licitações públicas. Cite-se, mais uma vez, o entendimento de Marçal Justen Filho sobre o tema:

“Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.

[...]

Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando:
a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação;
b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades de futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou ilegais.

[...]

Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar particulares. [...] A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2001. ps.60, 61 e 78; grifo nosso)

Com o máximo de respeito, as especificações lançadas na Cláusula 1.3 do Termo de Referência, concernente aos Itens 2, 3, 5, 6, 8, 12, **não são passíveis de serem exigidas tendo em vista que as gramaturas aludidas para estes produtos já não são mais encontradas no mercado nacional, impossibilitando o envio de proposta das empresas licitantes para os referidos itens.**

Diante de tais condições, certamente diversas empresas aptas ao fornecimento dos produtos licitados deixarão de concorrer para os itens supramencionados, o que mitiga completamente a vantajosidade do certame.

A Lei 8.666/93 preconiza, em seu artigo 3º, o seguinte:

Art. 3º (...)

*§ 1º **É vedado aos agentes públicos:***

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Conforme se observa no dispositivo citado, a Administração não pode incluir em editais de licitação cláusulas que restrinjam a participação de empresas com amplas condições de prestar os serviços licitados, em detrimento de exigências completamente irrelevantes e impossíveis neste momento da licitação.

Assim, com base nas decisões da Egrégia Corte de Contas, verifica-se que as disposições do edital acerca da apresentação das amostras e dos laudos malferem a Lei nº. 8.666/93, em seu artigo 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Dessa forma, caso sejam mantidos malsinados itens em sua redação atual, estaria completamente mitigado o Princípio da Legalidade no presente certame, o que é terminantemente vedado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Tal princípio, é bom se frisar, deve ser respeitado por força não só do que dispõe não só a Lei nº. 8.666/93, mas também a Constituição Federal. Senão, vejamos:

Lei nº. 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Em igual direção, cumpre mencionarmos a doutrina pátria sobre o assunto:

“A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei.

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘pode fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’

As leis administrativas são, normalmente, de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo de vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma vez que contêm verdadeiros poderes-deveres, irrelegáveis pelos agentes públicos. Por outras palavras, a natureza da função pública e a finalidade do Estado impedem que seus agentes deixem de exercer os poderes e de cumprir os deveres que a lei lhes impõe. Tais poderes, conferidos à Administração Pública para serem utilizados em benefício da coletividade, não podem ser renunciados ou

descumpridos pelo administrador sem ofensa ao bem comum, que é o supremo e único objetivo de toda ação administrativa.”

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20ª Edição. Editora Malheiros, p. 82-83)

Destaque-se que, para a Administração Pública, o princípio da legalidade não é a mera observância à legislação, mas sim uma verdadeira *submissão* aos ditames legais. É o que ensina Odete Medauar:

“Para a Administração, o princípio da legalidade traduzia-se em submissão à lei. No conjunto dos poderes do Estado traduzia a relação entre poder legislativo e poder executivo, com a supremacia do primeiro; no âmbito das atuações exprimia a relação entre lei e ato administrativo, com a supremacia da primeira”

(MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992; grifamos)

Além disso, *data maxima venia*, não há como se admitir estas exigências no presente certame, **uma vez que indevidamente restringem a competitividade do procedimento licitatório por serem impossíveis de serem cumpridas**, posto que se exige o fornecimento de itens em gramaturas que nem mesmo são comercializadas no mercado atualmente, o que não encontra o mínimo embasamento jurídico.

No que tange ao princípio da competitividade, torna-se imprescindível trazer ao lume o escólio do Douto Jessé Torres Pereira Júnior. Cite-se:

“A nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar o caráter competitivo da licitação. Este é de sua essência, é a razão de existir do instituto. Deveria figurar entre os princípios referidos no caput do art. 3º, embora se possa presumir sua presença entre os correlatos, tanto que será inexigível licitação ‘quando houver inviabilidade de competição (art. 25)’”

(IN COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, P. 66, 2006)

Oportuno, ainda, é o magistério de José dos Santos Carvalho Filho. Vejamos:

“(…) princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade. Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros. Encontramos o princípio no art. 3º, § 1º, I, do Estatuto.”

(In In Manual de Direito Administrativo, p. 223, 2007)

Dessa forma, *data máxima vênia*, as referidas exigências acabam se mostrando como excessivas, desnecessárias e extremamente prejudiciais à competitividade do certame.

Ainda, fundamental destacar que a própria Constituição Federal, exatamente para ampliar ao máximo a competitividade e disputa nos torneios, veda a inclusão de exigências desnecessárias à estrita execução do objeto contratual, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Nesta toada, Ilmo. Pregoeiro, cumpre mencionar que empresas possivelmente interessadas em participar do procedimento licitatório aqui discutido, ao se depararem com tais exigências parciais, acabariam por não participar pois não teriam como cumpri-las.

Com o objetivo de contratar a proposta mais vantajosa, cumpre ao Administrador incrementar a competitividade do torneio, possibilitando, assim, a participação do maior número de licitantes. A redução da competitividade pela cláusula restritiva em comento certamente afeta diretamente na participação das licitantes, afrontando a competitividade e desviando a real finalidade do instrumento convocatório.

Neste azo, cumpre colacionar o acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná, o qual decidiu:

“As formalidades do edital de convocação devem ser examinadas à luz da sua utilidade e finalidade a par do princípio da competitividade, que permeia todo o procedimento licitatório, pois o rigorismo excessivo, sem conteúdo substancial, pode restringir o número de concorrentes e prejudicar, por via de consequência, a escolha da melhor proposta.”

(TJPR - Ac. 31525 - Ag Instr 0453879-0 - 4ª CCv - Rel. Adalberto Jorge Xisto Pereira - DJPR 7664 de 25/07/2008; grifamos)

Desta sorte, faz-se *mister* citar o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre as cláusulas editalícias que restringem à competitividade, proferiu o seguinte aresto:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ANULAÇÃO.
A inadequação das exigências editalícias, que atentam contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, insculpidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, conduz à anulação do processo licitatório. (TCU 00132820070, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de Julgamento: 06/06/2007)

Portanto, diante de todo o exposto alhures, devem ser corrigidas as irregularidades apontadas na presente Impugnação, garantindo assim o respeito ao princípio da competitividade e a vantagem da contratação.

3. DO PEDIDO

Diante de tudo o que restou acima exposto, a requerente roga à V. Sa., que proceda com as modificações necessárias do instrumento convocatório do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20230809 DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**, em face das irregularidades e ilegalidades apontadas nesta peça. Requer, por fim, procedidas as devidas correções que seja reaberto o prazo estabelecido no início do procedimento licitatório.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Fortaleza, 10 de julho de 2023.

BEATRIZ MARIA
PEREIRA DE
SOUSA:60004522338

Assinado de forma digital por
BEATRIZ MARIA PEREIRA DE
SOUSA:60004522338
Dados: 2023.07.10 15:57:10 -03'00'

BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA
REPRESENTANTE LEGAL



NUP 24004.015870/2023-36

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

p.015

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

23600131954

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome:

BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



CEP2000263080

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO DO
VIAS DO ATO EVENTO

QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

FORTALEZA

Local

5 Dezembro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIMProcesso em Ordem
À decisão_____/_____/_____
Data☐ NÃO_____/_____/_____
Data

Responsável

☐ NÃO_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5500196 em 08/12/2020 da Empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, Nire 23600131954 e protocolo 201645718 - 05/12/2020. Autenticação: 415DE330953CDDE3ED87403F2A20473BDF64E5A4. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/164.571-8 e o código de segurança cCCT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/12/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/164.571-8	CEP2000263080	05/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
355.368.703-78	ANTONIO DO VALE DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado do Ceará



2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI ME
CNPJ nº 29.725.927/0001-70

Beatriz Maria Pereira de Sousa, brasileira, Solteira, comerciante, maior, nascido em 18/05/1999, devidamente registrada no (MF) com o CPF nº 600.045.223-38 e RG nº 20085869176 – SSP/CE., Residente e domiciliado na Rua Cel. Guilherme Alencar nº 650, apto 304, Bairro Messejana – CEP 60840-340, Fortaleza-CE.

Neste ato representado por seu bastante procurador Sr. **ANTONIO DO VALE DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Caucaia/CE, nascido em 22/07/1962, contador, registro no **CRC/CE 017528**, portador da carteira de identidade **RG 96002330223 SSP/CE**, e do **CPF 355.368.703-78**, residente e domiciliado na Rua Cel. Guilherme Alencar, nº 650, Apto 304 Bairro Messejana, CEP 60840-340 – Fortaleza/CE. Proprietária da sociedade **BMP de Sousa Comercial Eireli ME**, com sede na Avenida Deputado Castelo de Castro, nº 206 Altos, Bairro Conjunto São Cristovão, CEP 60866-681, Fortaleza-CE., Inscrita no CNPJ sob o nº 29.725.927/0001-70, com registro na junta Comercial do Estado do Ceara sob o NIRE: 23600131954 em 17/04/2018, resolve fazer alteração baseando-se nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS:

A sociedade passa a exercer as seguintes atividades:

- 4691-5/00 – Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, com predominância de produtos alimentícios.
- 4755-5/03 – Comércio Varejista de artigos de cama, mesa e banho.
- 4712-1/00 – Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com predominância de produtos alimentícios.
- 4721-1/03 – Comercio Varejista de laticínios e frios.
- 4732-6/00 – Comercio Varejista de lubrificantes.
- 4744-0/01 – Comercio Varejista de Ferragens e Ferramentas.
- 4744-0/99 – Comercio Varejista de materiais de construção em geral.
- 4761-0/03 – Comercio Varejista de artigos de papelaria.
- 4789-0/04 – Comercio Varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação.



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5500196 em 08/12/2020 da Empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, Nire 23600131954 e protocolo 201645718 - 05/12/2020. Autenticação: 415DE330953CDDE3ED87403F2A20473BDF64E5A4. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/164.571-8 e o código de segurança cCCT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/12/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI ME
CNPJ nº 29.725.927/0001-70

- 4789-0/05 – Comercio Varejista de produtos saneantes domissanecantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem em pleno vigor, todas as demais cláusulas e condições do contrato social que direta e indiretamente não tenham sido alteradas ou revogadas por este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Depois de feitas as mudanças, a sociedade consolida seu contrato social.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI ME
CNPJ nº 29.725.927/0001-70

Beatriz Maria Pereira de Sousa, brasileira, Solteira, comerciante, maior, nascido em 18/05/1999, devidamente registrada no (MF) com o CPF nº 600.045.223-38 e RG nº 20085869176 – SSP/CE., Residente e domiciliado na Rua Cel. Guilherme Alencar nº 650, apto 304, Bairro Messejana – CEP 60840-340, Fortaleza-CE.

Neste ato representado por seu bastante procurador Sr. **ANTONIO DO VALE DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, natural de Caucaia/CE, nascido em 22/07/1962, contador, registro no CRC/CE 017528, portador da carteira de identidade RG 96002330223 SSP/CE, e do CPF 355.368.703-78, residente e domiciliado na Rua Cel. Guilherme Alencar, nº 650, Apto 304 Bairro Messejana, CEP 60840-340 – Fortaleza/CE. Proprietária da sociedade **BMP de Sousa Comercial Eireli ME**, com sede na Avenida Deputado Castelo de Castro, nº 206 Altos, Bairro Conjunto São Cristovão, CEP 60866-681, Fortaleza-CE., Inscrita no CNPJ sob o nº 29.725.927/0001-70, com registro na junta Comercial do Estado do Ceara sob o NIRE: 23600131954 em 17/04/2018, resolve fazer alteração baseando-se nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob a denominação empresarial de “**BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI ME**” e tem como nome de fantasia de seu estabelecimento a expressão “**BMP COMERCIAL**” e sua sede fica na Avenida Deputado Castelo de Castro, 206 Altos, bairro: Conjunto São Cristovão, CEP: 60866-681, Fortaleza-CE.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade iniciou suas atividades no dia **20/02/2018** seu prazo de duração é por tempo indeterminado, com o seu contrato social arquivado e chancelado na Junta Comercial do Estado do Ceará no dia **17/04/2018**, sob o NIRE **23600131954**.



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5500196 em 08/12/2020 da Empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, Nire 23600131954 e protocolo 201645718 - 05/12/2020. Autenticação: 415DE330953CDDE3ED87403F2A20473BDF64E5A4. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/164.571-8 e o código de segurança cCCT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/12/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/9

2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI ME
CNPJ nº 29.725.927/0001-70

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social que é de R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais) representados por 95.400 (noventa e cinco mil e quatrocentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional está distribuído entre o sócio da seguinte forma:

SÓCIO	Quotas	%	Valor em R\$
Beatriz Maria Pereira de Sousa	95.400	100	95.400,00
TOTAL	95.400	100	95.400,00

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem como o seu objetivo social a seguintes **Atividade Principal:**

- Comercio Atacadista de Mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios. (4691-5/03).

Atividades Secundárias:

- Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios. (4712-1/00)
- Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho. (4755-5/03).
- Comercio varejista de laticínios e frios. (4721-1/03).
- Comercio varejista de lubrificantes (4732-6/00).
- Comercio varejista de ferragens e ferramentas. (4744-0/01)
- Comercio varejista de materiais de construção em geral. (4744-0/99)
- Comercio varejista de artigos de papelaria. (4761-0/03).
- Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação. (4789-0/04).
- Comercio varejista de produtos saneantes domissanseantes. (4789-0/05)

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade cabe exclusivamente a sócia **Beatriz Maria Pereira de Sousa**, que assinará individualmente, com os poderes e atribuições de administradora autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de quaisquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (**artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**)

CLÁUSULA SEXTA: Os sócios no exercício da administração poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SETIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem prévio consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para aquisição, se forem postas à venda.



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5500196 em 08/12/2020 da Empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, Nire 23600131954 e protocolo 201645718 - 05/12/2020. Autenticação: 415DE330953CDDE3ED87403F2A20473BDF64E5A4. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/164.571-8 e o código de segurança cCCT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/12/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

Lenira Cardoso de Alencar Seraine
 LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
 SECRETÁRIA-GERAL

2º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI ME
CNPJ nº 29.725.927/0001-70

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas.

CLÁUSULA NONA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por se achar em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obriga-se cumprir o presente contrato, assinando-o em via única para ser arquivada na JUCEC – Junta Comercial do Estado do Ceará, para que produza os efeitos legais.

Fortaleza/CE. 04 de Dezembro 2020.

Beatriz Maria Pereira de Sousa



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5500196 em 08/12/2020 da Empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, Nire 23600131954 e protocolo 201645718 - 05/12/2020. Autenticação: 415DE330953CDDE3ED87403F2A20473BDF64E5A4. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/164.571-8 e o código de segurança cCCT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/12/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/9



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/164.571-8	CEP2000263080	05/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
355.368.703-78	ANTONIO DO VALE DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado do Ceará





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado do Ceará
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará
Junta Comercial do Estado do Ceará

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, de NIRE 2360013195-4 e protocolado sob o número 20/164.571-8 em 05/12/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5500196, em 08/12/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Francisca Claudia Lima Pinheiro.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.368.703-78	ANTONIO DO VALE DOS SANTOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.368.703-78	ANTONIO DO VALE DOS SANTOS

Fortaleza. Terça-feira, 08 de Dezembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Francisca Claudia Lima Pinheiro, Servidor(a) Público(a), em 08/12/2020, às 10:26 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucec](http://portalservicos.jucec.ce.gov.br) informando o número do protocolo 20/164.571-8.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Junta Comercial do Estado do Ceará

Fortaleza, Terça-feira, 08 de Dezembro de 2020



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5500196 em 08/12/2020 da Empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI, Nire 23600131954 e protocolo 201645718 - 05/12/2020. Autenticação: 415DE330953CDDE3ED87403F2A20473BDF64E5A4. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 20/164.571-8 e o código de segurança cCCT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/12/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 o 1 NOME E SOBRENOME: **BEATRIZ MARIA PEREIRA DE SOUSA** 1ª EMISSÃO: **31/10/2017**

2 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: **18/05/1999, FORTALEZA, CE**

44 DATA EMISSÃO: **16/09/2022** 45 VÁLIDIDADE: **16/09/2032** ACC: **D**

46 DATA EMISSÃO / DATA EMISSÃO / UF: **2008586916 SSP CE**

48 CPF: **600.045.223-38** 5 Nº REGISTRO: **06943985119** 6 CAT HAB: **B**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRO**

FILIAÇÃO: **PAULO SERGIO FERREIRA DE SOUSA**
FRANCISCA AYSIAN PEREIRA DE SOUSA

3 ASSINATURA NO PORTADOR

9 ACC: **A** 10 **11** 12 **13**

14 **15** 16 **17** 18 **19** 20 **21** 22 **23**

24 **25** 26 **27** 28 **29** 30 **31** 32 **33**

34 **35** 36 **37** 38 **39** 40 **41** 42 **43**

44 **45** 46 **47** 48 **49** 50 **51** 52 **53**

54 **55** 56 **57** 58 **59** 60 **61** 62 **63**

64 **65** 66 **67** 68 **69** 70 **71** 72 **73**

74 **75** 76 **77** 78 **79** 80 **81** 82 **83**

84 **85** 86 **87** 88 **89** 90 **91** 92 **93**

94 **95** 96 **97** 98 **99** 100 **101** 102 **103**

104 **105** 106 **107** 108 **109** 110 **111** 112 **113**

114 **115** 116 **117** 118 **119** 120 **121** 122 **123**

124 **125** 126 **127** 128 **129** 130 **131** 132 **133**

134 **135** 136 **137** 138 **139** 140 **141** 142 **143**

144 **145** 146 **147** 148 **149** 150 **151** 152 **153**

154 **155** 156 **157** 158 **159** 160 **161** 162 **163**

164 **165** 166 **167** 168 **169** 170 **171** 172 **173**

174 **175** 176 **177** 178 **179** 180 **181** 182 **183**

184 **185** 186 **187** 188 **189** 190 **191** 192 **193**

194 **195** 196 **197** 198 **199** 200 **201** 202 **203**

204 **205** 206 **207** 208 **209** 210 **211** 212 **213**

214 **215** 216 **217** 218 **219** 220 **221** 222 **223**

224 **225** 226 **227** 228 **229** 230 **231** 232 **233**

234 **235** 236 **237** 238 **239** 240 **241** 242 **243**

244 **245** 246 **247** 248 **249** 250 **251** 252 **253**

254 **255** 256 **257** 258 **259** 260 **261** 262 **263**

264 **265** 266 **267** 268 **269** 270 **271** 272 **273**

274 **275** 276 **277** 278 **279** 280 **281** 282 **283**

284 **285** 286 **287** 288 **289** 290 **291** 292 **293**

294 **295** 296 **297** 298 **299** 300 **301** 302 **303**

304 **305** 306 **307** 308 **309** 310 **311** 312 **313**

314 **315** 316 **317** 318 **319** 320 **321** 322 **323**

324 **325** 326 **327** 328 **329** 330 **331** 332 **333**

334 **335** 336 **337** 338 **339** 340 **341** 342 **343**

344 **345** 346 **347** 348 **349** 350 **351** 352 **353**

354 **355** 356 **357** 358 **359** 360 **361** 362 **363**

364 **365** 366 **367** 368 **369** 370 **371** 372 **373**

374 **375** 376 **377** 378 **379** 380 **381** 382 **383**

384 **385** 386 **387** 388 **389** 390 **391** 392 **393**

394 **395** 396 **397** 398 **399** 400 **401** 402 **403**

404 **405** 406 **407** 408 **409** 410 **411** 412 **413**

414 **415** 416 **417** 418 **419** 420 **421** 422 **423**

424 **425** 426 **427** 428 **429** 430 **431** 432 **433**

434 **435** 436 **437** 438 **439** 440 **441** 442 **443**

444 **445** 446 **447** 448 **449** 450 **451** 452 **453**

454 **455** 456 **457** 458 **459** 460 **461** 462 **463**

464 **465** 466 **467** 468 **469** 470 **471** 472 **473**

474 **475** 476 **477** 478 **479** 480 **481** 482 **483**

484 **485** 486 **487** 488 **489** 490 **491** 492 **493**

494 **495** 496 **497** 498 **499** 500 **501** 502 **503**

504 **505** 506 **507** 508 **509** 510 **511** 512 **513**

514 **515** 516 **517** 518 **519** 520 **521** 522 **523**

524 **525** 526 **527** 528 **529** 530 **531** 532 **533**

534 **535** 536 **537** 538 **539** 540 **541** 542 **543**

544 **545** 546 **547** 548 **549** 550 **551** 552 **553**

554 **555** 556 **557** 558 **559** 560 **561** 562 **563**

564 **565** 566 **567** 568 **569** 570 **571** 572 **573**

574 **575** 576 **577** 578 **579** 580 **581** 582 **583**

584 **585** 586 **587** 588 **589** 590 **591** 592 **593**

594 **595** 596 **597** 598 **599** 600 **601** 602 **603**

604 **605** 606 **607** 608 **609** 610 **611** 612 **613**

614 **615** 616 **617** 618 **619** 620 **621** 622 **623**

624 **625** 626 **627** 628 **629** 630 **631** 632 **633**

634 **635** 636 **637** 638 **639** 640 **641** 642 **643**

644 **645** 646 **647** 648 **649** 650 **651** 652 **653**

654 **655** 656 **657** 658 **659** 660 **661** 662 **663**

664 **665** 666 **667** 668 **669** 670 **671** 672 **673**

674 **675** 676 **677** 678 **679** 680 **681** 682 **683**

684 **685** 686 **687** 688 **689** 690 **691** 692 **693**

694 **695** 696 **697** 698 **699** 700 **701** 702 **703**

704 **705** 706 **707** 708 **709** 710 **711** 712 **713**

714 **715** 716 **717** 718 **719** 720 **721** 722 **723**

724 **725** 726 **727** 728 **729** 730 **731** 732 **733**

734 **735** 736 **737** 738 **739** 740 **741** 742 **743**

744 **745** 746 **747** 748 **749** 750 **751** 752 **753**

754 **755** 756 **757** 758 **759** 760 **761** 762 **763**

764 **765** 766 **767** 768 **769** 770 **771** 772 **773**

774 **775** 776 **777** 778 **779** 780 **781** 782 **783**

784 **785** 786 **787** 788 **789** 790 **791** 792 **793**

794 **795** 796 **797** 798 **799** 800 **801** 802 **803**

804 **805** 806 **807** 808 **809** 810 **811** 812 **813**

814 **815** 816 **817** 818 **819** 820 **821** 822 **823**

824 **825** 826 **827** 828 **829** 830 **831** 832 **833**

834 **835** 836 **837** 838 **839** 840 **841** 842 **843**

844 **845** 846 **847** 848 **849** 850 **851** 852 **853**

854 **855** 856 **857** 858 **859** 860 **861** 862 **863**

864 **865** 866 **867** 868 **869** 870 **871** 872 **873**

874 **875** 876 **877** 878 **879** 880 **881** 882 **883**

884 **885** 886 **887** 888 **889** 890 **891** 892 **893**

894 **895** 896 **897** 898 **899** 900 **901** 902 **903**

904 **905** 906 **907** 908 **909** 910 **911** 912 **913**

914 **915** 916 **917** 918 **919** 920 **921** 922 **923**

924 **925** 926 **927** 928 **929** 930 **931** 932 **933**

934 **935** 936 **937** 938 **939** 940 **941** 942 **943**

944 **945** 946 **947** 948 **949** 950 **951** 952 **953**

954 **955** 956 **957** 958 **959** 960 **961** 962 **963**

964 **965** 966 **967** 968 **969** 970 **971** 972 **973**

974 **975** 976 **977** 978 **979** 980 **981** 982 **983**

984 **985** 986 **987** 988 **989** 990 **991** 992 **993**

994 **995** 996 **997** 998 **999** 1000 **1001** 1002 **1003**

1004 **1005** 1006 **1007** 1008 **1009** 1010 **1011** 1012 **1013**

1014 **1015** 1016 **1017** 1018 **1019** 1020 **1021** 1022 **1023**

1024 **1025** 1026 **1027** 1028 **1029** 1030 **1031** 1032 **1033**

1034 **1035** 1036 **1037** 1038 **1039** 1040 **1041** 1042 **1043**

1044 **1045** 1046 **1047** 1048 **1049** 1050 **1051** 1052 **1053**

1054 **1055** 1056 **1057** 1058 **1059** 1060 **1061** 1062 **1063**

1064 **1065** 1066 **1067** 1068 **1069** 1070 **1071** 1072 **1073**

1074 **1075** 1076 **1077** 1078 **1079** 1080 **1081** 1082 **1083**

1084 **1085** 1086 **1087** 1088 **1089** 1090 **1091** 1092 **1093**

1094 **1095** 1096 **1097** 1098 **1099** 1100 **1101** 1102 **1103**

1104 **1105** 1106 **1107** 1108 **1109** 1110 **1111** 1112 **1113**

1114 **1115** 1116 **1117** 1118 **1119** 1120 **1121** 1122 **1123**

1124 **1125** 1126 **1127** 1128 **1129** 1130 **1131** 1132 **1133**

1134 **1135** 1136 **1137** 1138 **1139** 1140 **1141** 1142 **1143**

1144 **1145** 1146 **1147** 1148 **1149** 1150 **1151** 1152 **1153**

1154 **1155** 1156 **1157** 1158 **1159** 1160 **1161** 1162 **1163**

1164 **1165** 1166 **1167** 1168 **1169** 1170 **1171** 1172 **1173**

1174 **1175** 1176 **1177** 1178 **1179** 1180 **1181** 1182 **1183**

1184 **1185** 1186 **1187** 1188 **1189** 1190 **1191** 1192 **1193**

1194 **1195** 1196 **1197** 1198 **1199** 1200 **1201** 1202 **1203**

1204 **1205** 1206 **1207** 1208 **1209** 1210 **1211** 1212 **1213**

1214 **1215** 1216 **1217** 1218 **1219** 1220 **1221** 1222 **1223**

1224 **1225** 1226 **1227** 1228 **1229** 1230 **1231** 1232 **1233**

1234 **1235** 1236 **1237** 1238 **1239** 1240 **1241** 1242 **1243**

1244 **1245** 1246 **1247** 1248 **1249** 1250 **1251** 1252 **1253**

1254 **1255** 1256 **1257** 1258 **1259** 1260 **1261** 1262 **1263**

1264 **1265** 1266 **1267** 1268 **1269** 1270 **1271** 1272 **1273**

1274 **1275** 1276 **1277** 1278 **1279** 1280 **1281** 1282 **1283**

1284 **1285** 1286 **1287** 1288 **1289** 1290 **1291** 1292 **1293**

1294 **1295** 1296 **1297** 1298 **1299** 1300 **1301** 1302 **1303**

1304 **1305** 1306 **1307** 1308 **1309** 1310 **1311** 1312 **1313**

1314 **1315** 1316 **1317** 1318 **1319** 1320 **1321** 1322 **1323**

1324 **1325** 1326 **1327** 1328 **1329** 1330 **1331** 1332 **1333**

1334 **1335** 1336 **1337** 1338 **1339** 1340 **1341** 1342 **1343**

1344 **1345** 1346 **1347** 1348 **1349** 1350 **1351** 1352 **1353**

1354 **1355** 1356 **1357** 1358 **1359** 1360 **1361** 1362 **1363**

1364 **1365** 1366 **1367** 1368 **1369** 1370 **1371** 1372 **1373**

1374 **1375** 1376 **1377** 1378 **1379** 1380 **1381** 1382 **1383**

1384 **1385** 1386 **1387** 1388 **1389** 1390 **1391** 1392 **1393**

1394 **1395** 1396 **1397** 1398 **1399** 1400 **1401** 1402 **1403**

1404 **1405** 1406 **1407** 1408 **1409** 1410 **1411** 1412 **1413**

1414 **1415** 1416 **1417** 1418 **1419** 1420 **1421** 1422 **1423**

1424 **1425** 1426 **1427** 1428 **1429** 1430 **1431** 1432 **1433**

1434 **1435** 1436 **1437** 1438 **1439** 1440 **1441** 1442 **1443**

1444 **1445** 1446 **1447** 1448 **1449** 1450 **1451** 1452 **1453**

1454 **1455** 1456 **1457** 1458 **1459** 1460 **1461** 1462 **1463**

1464 **1465** 1466 **1467** 1468 **1469** 1470 **1471** 1472 **1473**

1474 **1475** 1476 **1477** 1478 **1479** 1480 **1481** 1482 **1483**

1484 **1485** 1486 **1487** 1488 **1489** 1490 **1491** 1492 **1493**

1494 **1495** 1496 **1497** 1498 **1499** 1500 **1501** 1502 **1503**

1504 **1505** 1506 **1507** 1508 **1509** 1510 **1511** 1512 **1513**

1514 **1515** 1516 **1517** 1518 **1519** 1520 **1521** 1522 **1523**

1524 **1525** 1526 **1527** 1528 **1529** 1530 **1531** 1532 **1533**

1534 **1535** 1536 **1537** 1538 **1539** 1540 **1541** 1542 **1543**

1544 **1545** 1546 **1547** 1548 **1549** 1550 **1551** 1552 **1553**

1554 **1555** 1556 **1557** 1558 **1559** 1560 **1561** 1562 **1563**

1564 **1565** 1566 **1567** 1568 **1569** 1570 **1571** 1572 **1573**

1574 **1575** 1576 **1577** 1578 **1579** 1580 **1581** 1582 **1583**

1584 **1585** 1586 **1587** 1588 **1589** 1590 **1591** 1592 **1593**

1594 **1595** 1596 **1597** 1598 **1599** 1600 **1601** 1602 **1603**

1604 **1605** 1606 **1607** 1608 **1609** 1610 **1611** 1612 **1613**

1614 **1615** 1616 **1617** 1618 **1619** 1620 **1621** 1622 **1623**

1624 **1625** 1626 **1627** 1628 **1629** 1630 **1631** 1632 **1633**

1634 **1635** 1636 **1637** 1638 **1639** 1640 **1641** 1642 **1643**

1644 **1645** 1646 **1647** 1648 **1649** 1650 **1651** 1652 **1653**

1654 **1655** 1656 **1657** 1658 **1659** 1660 **1661** 1662 **1663**

1

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.725.927/0001-70 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI		DATA DE ABERTURA 20/02/2018	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BMP COMERCIAL		PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			
LOGRADOURO AV CASTELO DE CASTRO		NÚMERO 206	COMPLEMENTO ALTOS
CEP 60.866-680	BAIRRO/DISTRITO JANGURUSSU	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (85) 9834-2382	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/02/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/12/2020 às 14:53:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.



Daniel Martins de Lucas <daniel.lucas@saude.ce.gov.br>

Fwd: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230809 – SESA/COSUP / PROCESSO Nº 02451826/2023

1 mensagem

Marcos Ribeiro <marcos.ribeiro@pge.ce.gov.br>

10 de julho de 2023 às 16:41

Para: ciria.honorato@saude.ce.gov.br, ciriaprado@gmail.com, Haylla Pereira Cunha <haylla.pereira@saude.ce.gov.br>, thayna.barbosa21@gmail.com, Guilherme Coelho Ximenes <guilherme.ximenes@saude.ce.gov.br>, daniel.lucas@saude.ce.gov.br, haylla.nuplac@gmail.com, Maria Angela Sá de Freitas <angela.sa@saude.ce.gov.br>, Thayná Barbosa <thayna.barbosa@saude.ce.gov.br>, Francisca Carla Saraiva Nobre <carla.nobre@saude.ce.gov.br>, angelafreitaspb@gmail.com

Boa tarde,

Segue em anexo, documento de Impugnação ao Edital do PE20230809SESA, apresentado pela empresa BMP de Sousa Comercial EIRELI. Informo que a disputa do referido pregão está marcada para o dia 13/07/23.

Atenciosamente,
Marcos Frota
Pregoeiro

----- Forwarded message -----

De: **Licitacao PGE** <licitacao@pge.ce.gov.br>

Date: seg., 10 de jul. de 2023 às 16:33

Subject: Fwd: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230809 – SESA/COSUP / PROCESSO Nº 02451826/2023

To: Marcos Ribeiro <marcos.ribeiro@pge.ce.gov.br>, Analuiza Ribeiro <analuiza.ribeiro@pge.ce.gov.br>

----- Forwarded message -----

De: **BMP COMERCIAL** <bmpsousacomercial@hotmail.com>

Date: seg., 10 de jul. de 2023 às 16:27

Subject: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230809 – SESA/COSUP / PROCESSO Nº 02451826/2023

To: marcos.ribeiro@pge.ce.gov.br <marcos.ribeiro@pge.ce.gov.br>

Cc: Licitação PGE <licitacao@pge.ce.gov.br>

Prezados, boa tarde.

Segue em anexo um pedido de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico Nº 20230809 - SESA/COSUP.

Favor acusar o recebimento deste e-mail.

Estamos à disposição.

Att,
Beatriz Maria
BMP DE SOUSA COMERCIAL EIRELI
(85) 9 9834.2382

Aviso de Confidencialidade: Esta comunicação deve ser lida apenas pelo seu destinatário e não pode ser retransmitida sem autorização formal. Caso seja recebida indevidamente, por favor destrua-a. Qualquer reprodução, alteração, distribuição e/ou publicação é estritamente proibida.

--

Notice of Confidentiality: This document should only be read by those persons to whom it is addressed and can not be relayed without formal permission. If you have received this e-mail message in error, please destroy it. Any form of reproduction, modification, distribution and/or publication of this e-mail message is strictly prohibited.

--
Atenciosamente,

Marcos Antônio Frota Ribeiro
Pregoeiro

Aviso de Confidencialidade: Esta comunicação deve ser lida apenas pelo seu destinatário e não pode ser retransmitida sem autorização formal. Caso seja recebida indevidamente, por favor destrua-a. Qualquer reprodução, alteração, distribuição e/ou publicação é estritamente proibida.

--

Notice of Confidentiality: This document should only be read by those persons to whom it is addressed and can not be relayed without formal permission. If you have received this e-mail message in error, please destroy it. Any form of reproduction, modification, distribution and/or publication of this e-mail message is strictly prohibited.

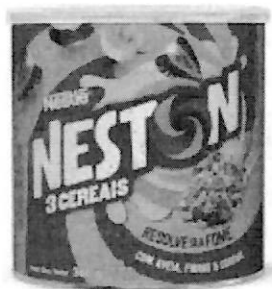
8 anexos



MISTURA PARA MINGAU 180G.webp
20K



FARINHA LACTEA 360G.webp
97K



FLOCOS DE CEREAIS 360G.webp
142K

 **Aditivo Completo.pdf**
2982K

 **CNH DIGITAL.pdf**
283K



CNPJ.pdf

84K



MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU MILHO 360G.avif

381K



Impugnação BMP PE 20230809 SESA Especificações desnecessárias gramatura inexistente

Vantajosidade FN.pdf

2329K







ÁREA/SESA

Fl. _____

Rubrica

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHONº DO PROCESSO:
NUP 24001.015870/2023-36DE:
COPCO/PARECER TÉCNICO/SESAINTERESSADO:
BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDAPARA:
COSUP /SESAASSUNTO:
IMPUGNAÇÃO 0809/2023DATA DO DESPACHO:
18/07/2023

1. Ciente

2. Em resposta ao pedido de impugnação impetrado pela empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA informamos que o pedido SERÁ ACATADO.

3. Após as alterações, os descritivos ficaram da seguinte forma:

- ITEM 02 (CÓDIGO: 1780992): FLOCOS, DE CEREAIS, A BASE DE TRIGO, CEVADA, AVEIA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, RESOLUCAO 12/78 COMISSAO NACIONAL DE NORMAS, PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, **EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA**
- ITEM 03 (CÓDIGO: 1781005): MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, SABOR TRADICIONAL, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA COMISSAO NACIONAL DE NORMAS E PADROES PARA ALIMENTOS - CNNPA, AMIDO DE MILHO, ALIMENTO, COM ACUCAR, VITAMINADO (A E C) E SAIS MINERAIS (CALCIO, FOSFORO E FERRO), **EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA**

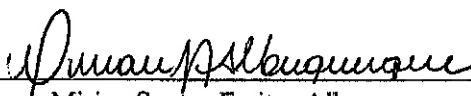
ÁREA/SESA

FI

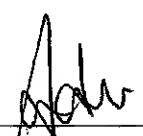
Rubrica

- ITEM 05 (CÓDIGO: 1781413): FARINHA LACTEA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, PREPARO INSTANTANEO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, LEITE EM PO INTEGRAL, AÇÚCAR, SAL, AROMATIZANTE, DADOS DE IDENTIFICACAO, INFORMACOES NUTRICIONAIS DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, **EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA**
 - ITEM 06 (CÓDIGO: 1781423): MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, ALIMENTO, A BASE DE MILHO PRE COZIDO, ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, LEGISLACAO SANITARIA VIGENTE, **EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA**
4. Lembramos que ao lançarmos nossos processos para aquisição de insumos nutricionais, temos como objetivo, além da garantia da mais ampla concorrência a fim de garantir a economicidade, o cumprimento dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade garantidos no art. 5º da lei 14.133/21.
5. Encaminhe-se para COSUP/ SESA para conhecimento e providências.

Elaborado por:

Mirian Santos Freitas Albuquerque
Nutricionista Parecerista - COPCO/SESAMirian S. Freitas Albuquerque
Nutricionista
CRN11 1554

Ciente por:


Analuisa Macedo Trindade
Coordenadora - COPCO/SESA

Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - SESA

**FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO****Data: 21/07/2023**

Interessado: SESA/COPCO

De: SESA/COPCO

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS
DE ALIMENTAÇÃO

Para: SESA/COSUP

1. Ciente;
2. Tratam os autos de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 20230809, de gêneros alimentícios, pela empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA.;
3. Conforme Parecer Técnico anexo ao processo, encaminhe-se à COSUP para ciência e providências.

*Assinado eletronicamente***Rynna Teles Esmeraldo Sobreira**

Assessora Técnica COPCO/SESA

*Assinado eletronicamente***Analuisa Macedo Trindade**

Coordenadora COPCO/SESA

SUÍTE

Documento assinado eletronicamente por: **ANALUISA MACEDO TRINDADE**, em 21/07/2023, às 14:27 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

**FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO****Data: 21/07/2023**

Interessado: SESA/COPCO

De: SESA/COPCO

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS
DE ALIMENTAÇÃO

Para: SESA/COSUP

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **RYNNA TELES ESMERALDO SOBREIRA**, em **21/07/2023**, às **10:26** (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento>, informando o código **C7C0-74E0-EEBF-58BE**.

**FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO****Data: 21/07/2023**

Interessado: SESA/COPCO

De: SESA/COSUP

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS
DE ALIMENTAÇÃO

Para: SESA/SPJUR

1. Ciente.

2. Trata-se de impugnação apresentada pela empresa BMP DE SOUSA COMERCIAL LTDA, ao PREGÃO Nº 20230809, Vipro 12451826/2023, cujo objeto é o Registro de preços para futuras aquisições de Gêneros Alimentícios para atender a Rede SESA. Nesse contexto, segue anexo, documentação para análise e emissão de resposta, quanto à referida impugnação., visando atender a necessidade de abastecimento das Unidades de Saúde do Estado;

3. Por determinação da Central de Licitações, faz-se necessário que todos os pareceres técnicos emitidos referentes a Recurso de Pregões, contenham o "de acordo" da Assessoria Jurídica da SESA e anuência das seguintes autoridades: assinatura do Secretário ou Secretário Adjunto ou dirigente máximo da Unidade Administrativa;

4. Encaminhe-se a SPJUR/SESA, para análise e Parecer, com retorno -COSUP/SESA

Atenciosamente,

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **ROGEAN COSTA LUNA**, em **21/07/2023, às 17:19** (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **CINDY VIEIRA WIRTZBIKI**, em **21/07/2023, às 17:16** (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

**FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO****Data: 21/07/2023**

Interessado: SESA/COPCO

De: SESA/COSUP

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS
DE ALIMENTAÇÃO

Para: SESA/SPJUR

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **DANIEL MARTINS DE LUCAS**, em
21/07/2023, às 17:01 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no
Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://suite.ce.gov.br/validar-documento>, informando o código
BE53-73A6-F04A-7B83.



FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

25/07/2023

Interessado: SESA/COPCO

De: SESA/SPJUR

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Para: SESA/CELAC

Processo encaminhado à unidade SESA/CELAC para análise e manifestação.

Usuário: PEDRO ANGELO DA COSTA CARDOSO

Lotação: Superintendência Jurídica - SESA/SPJUR

Documento assinado eletronicamente em **25/07/2023** às **09:45** (horário local do Estado do Ceará), com assinatura simples, conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. ACATAMENTO.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de análise e emissão de parecer jurídico acerca da IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa BPM DE SOUSA COMERCIAL LTDA., atinente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **20230809-SESA/COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS**, que tem por objeto o registro de preços para futuros e eventuais aquisições de gêneros alimentícios.

2. Em síntese, a impugnante alega existência de vícios que afrontam os princípios que regem os atos administrativos nos itens 02, 03, 05 e 06, e solicita modificações no instrumento convocatório, argumentando ser impossível que as empresas consigam fornecer os referidos produtos nas especificações de gramatura ora demandadas, uma vez que a embalagem dos itens mencionados acima foram todas alteradas pelos fornecedores de modo que não existem mais no mercado nas pesagens indicadas em Edital, pois as suas linhas de produção com estas características foram encerradas (fls. 04-14).

3. Nesse sentido, a área responsável pela análise das pretensões da impugnante entendeu pelo acatamento do pedido, ao passo em que se manifestou da seguinte forma (fls. 32-33):

4. (...)

2. Em resposta ao pedido de impugnação impetrado pela empresa BPM DE SOUSA COMERCIAL LTDA informando que o pedido será acatado.

3. Após as alterações, os descritivos ficaram as seguinte forma:

ITEM 02 (CÓDIGO: 1780992): FLOCOS, DE CEREAIS, A BASE DE TRIGO, CEVADA, AVEIA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, RESOLUÇÃO 12/78 COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS, PADRÕES PARA ALIMENTOS – CNNPA, EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA;

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

ITEM 03 (CÓDIGO: 17811005):MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, SABOR TRADICIONAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA, AMIDO DE MILHO, ALIMENTO, COM AÇÚCAR, VITAMINADO (A E C) E SAIS MINERAIS (CÁLCIO, FOSFORO E FERRO),**EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA;**

ITEM 05 (CÓDIGO: 1781413):FARINHA LÁCTEA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, PREPARO INSTANTÂNEO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, LEITE EM PO INTEGRAL, AÇÚCAR, SAL, AROMATIZANTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, **EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA;**

ITEM 06 (CÓDIGO: 1781423): MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, ALIMENTO, A BASE DE MILHO PRE COZIDO, ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, **EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA.**

(...)

5. Menciona-se que o processo foi devidamente protocolado, autuado e paginado, em conformidade com o que preceitua o §1º, do art. 6º, da Instrução Normativa nº 02/2014¹, e art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, que trata de Licitações e Contratos Administrativos².

6. É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Da tempestividade da impugnação interposta.

7. De acordo com os §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/1993, qualquer cidadão pode impugnar o edital de licitação até 5 (cinco) dias úteis antes da data da abertura

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

dos envelopes, enquanto os licitantes podem fazê-lo até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes da habilitação, senão vejamos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

[...]

8. No caso do Pregão, o Decreto Estadual nº 33.326, de 29 de outubro de 2019, que regulamenta essa modalidade de licitação estabelece o prazo de 3 (três) dias úteis anteriormente à data da apresentação das propostas, *in verbis*:

Art. 25. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

[...]

9. Quanto à análise sobre a tempestividade das impugnações, esta é aferida pelo Pregoeiro da Central de Licitações, conforme dispõe o inciso IV do art. 16 do mencionado regulamento:

Art. 16. Compete ao Pregoeiro da Central de Licitações:

[...]

**PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

IV - receber, examinar e decidir sobre a pertinência das impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

10. No presente caso, a partir dos elementos dos autos, é possível verificar a tempestividade da presente impugnação. Nesse ínterim, passa-se à análise.

II.2. Do instrumento convocatório e sua alteração.

11. Os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, são pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade, em consonância com o disposto no artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

12. Destarte, uma vez constatada alguma inconsistência na minuta do edital, sugere-se a sua revisão, de modo que outros licitantes possam oferecer proposta de modo igualitário. E ainda, afastar qualquer direcionamento de marca ou entendimento equivocado quanto a disposição das exigências editalícias.

13. Nesse sentido, podemos observar o seguinte entendimento do Tribunal de Contas da União:

Abstenha-se de utilizar, ao elaborar o projeto básico especificações contidas em propostas apresentadas por empresa interessada, sob pena de possível caracterização de direcionamento da contratação, devendo preparar o mencionado projeto com base em suas reais necessidades, devidamente justificadas por estudos técnicos, conforme previsto no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 827/2007 Plenário.

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

É vedado aos agentes públicos incluir nos atos de convocação condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções impertinentes em relação aos interessados. [Acórdão 2579/2009 Plenário (Sumário)]

14. No Acórdão nº 2300/2007, o Tribunal de Contas da União também se posicionou:

Os fatos apontados (...), consistentes na inobservância ao disposto no inciso I do § 7º do art. 15 e § 5º do art. 7º da Lei nº 8.666/1993, ou seja, indicação de marca no objetivo da licitação, já foram em diversas oportunidades apreciados por este Tribunal que, além de se manifestar nos moldes apontados na instrução transcrita no Relatório que precede a este Voto, em relação à aquisição para fins de padronização e ou substituições, já deliberou no sentido de que a indicação de marca como parâmetro de qualidade pode ser admitida para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, desde que seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade” (AC 2401/06 e AC 2406/06, todos do Plenário). Cabe, ainda, ressaltar que esta Corte já deliberou no sentido de que, na hipótese de a entidade se ver obrigada a utilizar no edital marca de algum fabricante, deve ser tão-somente a título de referência, para não denotar exigência de marca, por maior que seja sua aceitação no mercado, ante a vedação constante do inciso I do § 7º do art. 15 e do inciso I do art. 25 da Lei Licitação (Decisão 130/2002, do Plenário e Acórdão 1437/2004 Primeira Câmara). Evidentemente que a imposição de determinada marca nas aquisições promovidas pela Administração deve estar sempre acompanhada de sólidas razões técnicas. Modo contrário, e nos termos da Lei de Licitações, estará representando direcionamento irregular da licitação e limitação não razoável do universo de fornecedores. Há ainda que se ponderar, no presente caso, a aceitabilidade da indicação da marca como referência de qualidade do material a ser adquirido, com a respectiva menção expressa dos termos “ou similar”, “ou equivalente”, “ou de melhor qualidade”, fato já incorporado à jurisprudência desta Corte de Contas. Acórdão nº 2300/2007 Plenário (Voto do Ministro Relator).

15. Sobre o tema, assevera José dos Santos Carvalho Filho (2012, p. 244):

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se

**PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.³ (grifos apostos)

16. Todavia, insta rememorar que o licitante está adstrito a cumprir não só as normas constantes no instrumento convocatório, mas também todas aquelas previstas na legislação relativa, especificamente na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normativos aplicáveis.

17. Em síntese, a impugnante alega existência de vícios que afrontam os princípios que regem os atos administrativos nos itens 02, 03,05 e 06, e solicita modificações no instrumento convocatório, argumentando ser é impossível que as empresas consigam fornecer os referidos produtos nas especificações de gramatura ora demandadas, uma vez que a embalagem dos itens mencionados acima foram todas alteradas pelos fornecedores de modo que não existem mais no mercado nas pesagens indicadas em Edital, pois as suas linhas de produção com estas características foram encerradas (fls. 04-14).

18. Nesse sentido, a área responsável pela análise das pretensões da impugnante entendeu pelo acatamento do pedido, ao passo em que se manifestou da seguinte forma (fls. 32-33):

(...)

2. Em resposta ao pedido de impugnação impetrado pela empresa BPM DE SOUSA COMERCIAL LTDA informando que o pedido será acatado.

3. Após as alterações, os descritivos ficaram as seguinte forma:

ITEM 02 (CÓDIGO: 1780992): FLOCOS, DE CEREAIS, A BASE DE TRIGO, CEVADA, AVEIA, IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, RESOLUÇÃO 12/78 COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS, PADRÕES PARA ALIMENTOS – CNNPA, EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA;

ITEM 03 (CÓDIGO: 17811005): MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, SABOR TRADICIONAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA, AMIDO DE MILHO, ALIMENTO, COM AÇÚCAR, VITAMINADO (A E C) E SAIS MINERAIS (CÁLCIO, FOSFORO E FERRO), EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA;

ITEM 05 (CÓDIGO: 1781413): FARINHA LÁCTEA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, PREPARO INSTANTÂNEO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, LEITE EM PO INTEGRAL, AÇÚCAR, SAL, AROMATIZANTE, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA;

ITEM 06 (CÓDIGO: 1781423): MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU, ALIMENTO, A BASE DE MILHO PRE COZIDO, ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO, LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE, EMBALAGEM MÍNIMA 180 GRAMAS. COMPRASNET: UNIDADE 1.0 GRAMA.

(...)

20. Portanto, quanto às modificações exigida pela requerente, a Equipe de Parecer Técnico se manifestou a favor do pleito trazido pela Empresa ora impugnante.

21. Diante do explicitado, tendo sido constatado pela área técnica interessada que a impugnação possui fundamentos para ensejar a modificação do edital, a orientação desta SPJUR é pelo acatamento da impugnação, promovendo a retificação do instrumento convocatório, em atenção ao interesse público e a busca pela eficiência.

III. CONCLUSÃO

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

22. Face ao exposto, diante do aspecto jurídico e com base nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, julgamento objetivo e parecer técnico emitido, **a orientação desta SPJUR é pelo acatamento da impugnação interposta pela empresa BPM DE SOUSA COMERCIAL LTDA., promovendo a retificação do instrumento convocatório, em atenção ao interesse público e a busca pela eficiência.**

23. Ressalte-se, ainda, que o presente parecer foi baseado na documentação e informações prestadas até a data de sua elaboração.

24. Dessa forma, encaminhe-se à COSUP/SESA para prosseguimento do feito.

É o parecer S.M.J.

Submeta-se a apreciação superior.

Airlane Silveira Falcão Figueiredo

Assessora Técnica – CELAC/SPJUR

Paulo Braga da Rocha Lima Neto

Orientador de Célula – CELAC/SPJUR

Aprovo o parecer, por seus fundamentos.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira

Coordenador Jurídico

De acordo. Encaminhe-se para os devidos trâmites.

Cicero Douglas Silva Rufino

Superintendente Jurídico

**PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC**

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP

1 Art.6º Todas as folhas dos processos serão numeradas em ordem crescente, sem rasuras, devendo ser utilizado carimbo próprio para colocação do número, contendo identificação do órgão/entidade e rubrica do servidor que estiver numerando o processo. §1º A capa será considerada na contagem das páginas do processo, porém não receberá paginação.

2 Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

3 CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **CICERO DOUGLAS SILVA RUFINO**, em 07/08/2023, às 11:58 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **ROMULO LUIZ NEPOMUCENO NOGUEIRA**, em 07/08/2023, às 10:50 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **PAULO BRAGA DA ROCHA LIMA NETO**, em 07/08/2023, às 10:20 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SUITE

Documento assinado eletronicamente por: **AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO**, em 03/08/2023, às 10:36 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

SESA - SECRETARIA DA SAÚDE

AVENIDA Almirante Barroso, 600 - Bloco A - Praia de Iracema, Fortaleza - Ceará, 60060-440



PARECER N° 000278/2023/SESA/CELAC

De: SESA/CELAC

Data: 03/08/2023

Para: SESA/COSUP



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://suite.ce.gov.br/validar-documento>,
informando o código
9A3F-E342-5D57-E7D3.

Última alteração: 07/08/2023, às 13:02

NUP: 24001.015870/2023-36

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Data/Hora	Ocorrência	Usuário/Unidade	Observação
11/07/2023 às 07:52	Assinatura realizada	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento COMUNICAÇÃO INTERNA N° 000125/2023/SESA/COSUP (CI - Comunicação Interna)
11/07/2023 às 07:52	Solicitação de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Solicitou assinatura do documento COMUNICAÇÃO INTERNA N° 000125/2023/SESA/COSUP (CI - Comunicação Interna) para: CINDY VIEIRA WIRTZBIKI
11/07/2023 às 07:52	Solicitação de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Solicitou assinatura do documento COMUNICAÇÃO INTERNA N° 000125/2023/SESA/COSUP (CI - Comunicação Interna) para: MARJORY DOS ANJOS PESSOA
11/07/2023 às 07:55	Assinatura realizada	CINDY VIEIRA WIRTZBIKI - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento COMUNICAÇÃO INTERNA N° 000125/2023/SESA/COSUP (CI - Comunicação Interna)
11/07/2023 às 10:52	Assinatura realizada	MARJORY DOS ANJOS PESSOA - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento COMUNICAÇÃO INTERNA N° 000125/2023/SESA/COSUP (CI - Comunicação Interna)
11/07/2023 às 10:52	Processo Criado	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Processo NUP 24001.015870/2023-36 tramitado para SESA/COPCO
11/07/2023 às 11:19	Atribuir responsável	SANDRA MARIA BRITO DE SOUSA - SESA/Seafi/Copco	Atribuiu como responsável RYNNA TELES ESMERALDO SOBREIRA - SEAFI/COPCO
21/07/2023 às 10:26	Assinatura realizada	RYNNA TELES ESMERALDO SOBREIRA - SESA/SEAFI/COPCO	Assinou o documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 10:26	Solicitação de assinatura	RYNNA TELES ESMERALDO SOBREIRA - SESA/Seafi/Copco	Solicitou assinatura do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho) para: ANALUISA MACEDO TRINDADE
21/07/2023 às 14:27	Assinatura realizada	ANALUISA MACEDO TRINDADE - SESA/SEAFI/COPCO	Assinou o documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 14:27	Processo Tramitado	RYNNA TELES ESMERALDO SOBREIRA - SESA/Seafi/Copco	Processo tramitado para SESA/COSUP
21/07/2023 às 15:24	Atribuir responsável	CINDY VIEIRA WIRTZBIKI - SESA/Seafi/Cosup	Atribuiu como responsável DANIEL MARTINS DE LUCAS - SEAFI/COSUP
21/07/2023 às 16:59	Assinatura realizada	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)

Última alteração: 07/08/2023, às 13:02

NUP: 24001.015870/2023-36

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Data/Hora	Ocorrência	Usuário/Unidade	Observação
21/07/2023 às 16:59	Solicitação de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Solicitou assinatura do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho) para: CINDY VIEIRA WIRTZBIKI
21/07/2023 às 16:59	Solicitação de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Solicitou assinatura do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho) para: ROGEAN COSTA LUNA
21/07/2023 às 17:01	Cancelamento de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Cancelou solicitação de assinatura para CINDY VIEIRA WIRTZBIKI do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 17:01	Cancelamento de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Cancelou solicitação de assinatura para ROGEAN COSTA LUNA do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 17:01	Assinatura realizada	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 17:02	Solicitação de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Solicitou assinatura do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho) para: CINDY VIEIRA WIRTZBIKI
21/07/2023 às 17:02	Solicitação de assinatura	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Solicitou assinatura do documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho) para: ROGEAN COSTA LUNA
21/07/2023 às 17:16	Assinatura realizada	CINDY VIEIRA WIRTZBIKI - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 17:19	Assinatura realizada	ROGEAN COSTA LUNA - SESA/SEAFI/COEXE	Assinou o documento FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO (Folha de Despacho)
21/07/2023 às 17:19	Processo Tramitado	DANIEL MARTINS DE LUCAS - SESA/Seafi/Cosup	Processo tramitado para SESA/SPJUR
25/07/2023 às 09:45	Atribuir responsável	PEDRO ANGELO DA COSTA CARDOSO - SESA/GABSEC/SPJUR	Atribuiu como responsável LARA SYDNNA DE SOUZA TOMAZ - COJUR/CELAC
31/07/2023 às 17:36	Alterou responsável	LARA SYDNNA DE SOUZA TOMAZ - SESA/COJUR/CELAC	Atribuiu como responsável AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO - COJUR/CELAC
03/08/2023 às 10:36	Assinatura realizada	AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO - SESA/COJUR/CELAC	Assinou o documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer)

Última alteração: 07/08/2023, às 13:02

NUP: 24001.015870/2023-36

Assunto: AQUISIÇÃO - MATERIAL DE CONSUMO - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Data/Hora	Ocorrência	Usuário/Unidade	Observação
03/08/2023 às 10:36	Solicitação de assinatura	AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO - SESA/Cojur/Celac	Solicitou assinatura do documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer) para: PAULO BRAGA DA ROCHA LIMA NETO
03/08/2023 às 10:36	Solicitação de assinatura	AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO - SESA/Cojur/Celac	Solicitou assinatura do documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer) para: ROMULO LUIZ NEPOMUCENO NOGUEIRA
03/08/2023 às 10:36	Solicitação de assinatura	AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO - SESA/Cojur/Celac	Solicitou assinatura do documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer) para: CICERO DOUGLAS SILVA RUFINO
07/08/2023 às 10:20	Assinatura realizada	PAULO BRAGA DA ROCHA LIMA NETO - SESA/COJUR/CELAC	Assinou o documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer)
07/08/2023 às 10:50	Assinatura realizada	ROMULO LUIZ NEPOMUCENO NOGUEIRA - SESA/GABSEC/SPJUR	Assinou o documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer)
07/08/2023 às 11:58	Assinatura realizada	CICERO DOUGLAS SILVA RUFINO - SESA/GABSEC/SPJUR	Assinou o documento PARECER Nº 000278/2023/SESA/CELAC (Parecer)
07/08/2023 às 11:59	Processo Tramitado	AIRLANE SILVEIRA FALCAO FIGUEIREDO - SESA/Cojur/Celac	Processo tramitado para SESA/COEXE
07/08/2023 às 13:02	Atribuir responsável	CINDY VIEIRA WIRTZBIKI - SESA/Seafi/COEXE	Atribuiu como responsável DANIEL MARTINS DE LUCAS - SEAFI/COEXE

